

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Pedagogia universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão

Mônica Pagel Eidelwein

Este artigo aborda a questão do acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas universidades, preconizado a partir do movimento denominado inclusão, o que implica no redimensionamento de vários aspectos nas universidades e em particular, no investimento na formação docente, visando práticas pedagógicas coerentes com as exigências do contexto e do momento atual. Apresenta um breve histórico a respeito da formação do professor universitário até o surgimento da Pedagogia Universitária, que tem hoje como uma de suas competências a formação do professor para uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Necessidades Educacionais Especiais. Instituições de Ensino. Pedagogia Universitária.

A universidade e a educação inclusiva

A formação de professores dos diferentes níveis e modalidades de ensino constitui-se em uma das preocupações recorrentes nas Instituições de Ensino e as propostas elaboradas visando atingir esse objetivo estão estreitamente relacionadas ao contexto social e político, à visão de mundo e às concepções de educação que marcam cada época. Deste modo, assim como sofrem interferência do contexto mais amplo, contribuem para o seu redimensionamento. Isso significa que, não é possível conceber a Pedagogia Universitária como uma temática transcendental, autônoma ou fechada sobre si mesma, ou seja, encerrada em sua racionalidade própria.

É preciso admitir que a representação sobre o professor universitário, pensado como pessoa investida de competência técnica e social para lecionar em curso superior, se define historicamente na e pela interação dos agentes históricos, num constante movimento dialético, de que é a definição legítima do papel social do professor universitário. É oportuna, portanto, a reconstrução, ainda que breve, da evolução histórica da pedagogia universitária, prática que estamos permanentemente definindo e redefinindo e cuja competência atual queremos relacionar com a temática da inclusão, pois entendemos que esta associação é imprescindível para a definição da identidade do educador que se pretende construir e difundir, com a contribuição da pedagogia universitária.

Quando nos referimos a propostas voltadas à educação inclusiva, observamos maiores esforços investidos na educação básica, porém, estende-se atualmente também à Universidade. As pessoas com necessidades educacionais especiais buscam a formação acadêmica, a fim de obter acesso ao mercado de trabalho, que exige cada vez maior especialização, superando, assim suas desvantagens que, embora sejam tidas como naturais, são construídas socialmente, isto é, são arbitrárias.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade, exige um redimensionamento na formação do professor universitário, o que implica em um investimento das Instituições de Ensino na proposição de uma Pedagogia Universitária que invista na formação dos professores contemplando o paradigma da inclusão.

O acesso destes alunos à Universidade passa pela discussão de ações que possam garantir, não somente o ingresso, mas também o acesso ao conhecimento e à aprendizagem, a partir de propostas adequadas às necessidades individuais. Desse modo, implementam-se discussões sobre as políticas propostas pelas instituições e sobre a prática pedagógica nelas exercidas, ampliando-as, sendo que as iniciativas individuais observadas passam a constituir verdadeiros projetos institucionais coletivos.

Dentre as ações observadas atualmente, percebe-se nas instituições que um dos aspectos que passa a ser considerado como fundamental para a efetivação da proposta inclusiva é a assessoria aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais e aos seus professores por equipes constituídas por profissionais especializados.

Além do aspecto anteriormente citado, a adaptação de acordo com as exigências legais, de espaços físicos para a superação de barreiras arquitetônicas que possam dificultar a acessibilidade a todos os espaços das instituições por esses alunos, é outra questão que pode ser observada, nos movimentos realizados pelas instituições, porém é necessário que se discutam os próprios programas dos cursos, das disciplinas que compõem os cursos e dos princípios norteadores das Instituições de Ensino Superior.

O conceito de inclusão discutido com maior ênfase vê atualmente a inclusão como um movimento que implica na adaptação, não somente das pessoas com necessidades especiais à sociedade, mas principalmente dessa à diversidade dos indivíduos. Esse conceito dá indicativos de quão significativos precisam ser os encaminhamentos das propostas elaboradas pela Pedagogia Universitária, visando ser essa coerente com o contexto social mais amplo.

Thoma (2004, p.47), ao se referir ao movimento que hoje denominamos inclusão, seja ela escolar ou social diz que “[...] um movimento que preconiza a inversão de papéis, defendendo a idéia de que o meio deve adaptar-se para atender as necessidades de todos e de cada um, sejam eles portadores de deficiência ou não”.

Impõe-se, para cumprir esse fim, ações em diversas direções, pois hoje se percebe que a existência de legislação que ampara a inclusão, embora seja condição necessária, de forma alguma é suficiente para garantir que ela ocorra. Mudanças superficiais, que não conduzam à reflexão sobre que sociedade se quer, com certeza não terão o efeito desejado.

É imprescindível um investimento consistente, direcionado à formação dos docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino, que possam levar a inovações pedagógicas significativas. Também é fundamental que haja uma ampliação das discussões sobre este tema para além do espaço acadêmico e do domínio de especialistas, exigindo um diálogo mais estreito com toda a sociedade.

Além disso, é importante refletir sobre o ingresso, acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais nas Universidades, a partir do olhar desses sujeitos, o que implica na revisão de uma prática corrente até então no meio educacional, que embora há muito venha sendo discutida, ainda pouco tem se refletido no re-direcionamento da ação docente, ou seja, a prática pedagógica centrada no professor como detentor de todo o conhecimento e responsável por sua transmissão aos acadêmicos, não cabe mais dentro desse novo paradigma.

Rodrigues (2004, p.11) diz que:

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que o reconhecimento do direito à igualdade de oportunidades implicar o cenário de diferença de tratamento. Não se pode assegurar a igualdade de oportunidades sem diferenciar o tratamento dado que se torna óbvio que um tratamento por mais inócuo, normalizado e impessoal que pareça favorece alguns grupos prejudicando inevitavelmente outros. As discussões relativas à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas Universidades nos apontam para a coerência que deve existir entre o que a Pedagogia Universitária propõe e as necessidades apresentadas a partir da análise da Instituição, considerando o momento histórico e o contexto em que está inserida, vislumbrando uma educação que oportunize a aprendizagem de todos os alunos e que dê conta da complexidade que pode ser observada hoje.

A formação do professor universitário: breve histórico

Nem sempre a formação do professor universitário se deu da mesma forma. Em um primeiro momento, quando as disciplinas estavam se delineando e constituindo sua especificidade, não havendo formação específica para atuação docente na universidade, a competência para determinar o saber legítimo e a sua forma de transmissão era exclusiva dos fundadores dos respectivos campos do conhecimento.

Com a implementação de cursos de licenciatura para a formação de professores nos diferentes níveis de ensino, muitos professores universitários buscaram esta formação, implicando no aperfeiçoamento do ensino superior.

Na década de cinquenta, surgem às primeiras políticas nacionais enfocando a qualificação do docente do ensino superior com a fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Posteriormente, respondendo a uma necessidade política e econômica da época, com o objetivo de formar profissionais para novas carreiras emergentes e, para dar conta do avanço dos conhecimentos, exigiu-se um incremento no número de vagas nas universidades, bem como o aperfeiçoamento na formação do docente universitário, que passa a ocorrer em cursos de pós-graduação *strictu e latu sensu*.

Maria Isabel da Cunha (2003, p. 27) afirma que:

Os anos setenta foram particularmente profícuos no sentido da construção das bases de uma pedagogia universitária. Nessa época se configuram, pelo menos, duas instâncias de ações organizativas: os cursos formais em nível de pós-graduação (desde aperfeiçoamento até doutorado) e as estruturas de apoio pedagógico para assessoramento e formação continuada, fazendo acompanhamento a professores e cursos.

A mesma autora ao falar sobre a pedagogia universitária no Rio Grande do Sul coloca que o próprio MEC, ao se referir ao Sistema Federal de Ensino aponta para a reformulação do sistema de ingresso no magistério superior e concede incentivo salarial aos docentes com diploma de aperfeiçoamento e especialização e a Resolução 14/77 estabelece que um quinto da carga horária dos cursos devem incluir matérias complementares e formação didático-pedagógica.

Afirma também que nesse período, criam-se as Faculdades de Educação, com papel fundamental na formação e assessoramento dos professores e de articulação dos projetos pedagógicos.

O enfoque dos cursos propostos na época tinha um caráter tecnicista, isto é, direcionado ao "como fazer" e evitando qualquer forma de análise ou manifestação que levasse à reflexão sobre "por que fazer". Nas licenciaturas, as disciplinas de didática e metodologias do ensino superior contemplavam essa perspectiva.

Nos anos 80, com um contexto mais democrático, vários movimentos organizados e representativos vinculados ao ensino superior como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, a Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, a União Nacional de Estudantes - UNE, entre outros, veiculavam as reivindicações profissionais e de cidadania, contribuindo com as reflexões sobre o Ensino Superior no Brasil, ainda que num nível mais político que científico.

As associações científicas também foram implementadas nesse período, entre elas a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED, a Associação Nacional de Educação - ANDE e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.

A Constituinte de 1988 representou um avanço para a Universidade Brasileira, trazendo a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, rompendo com a idéia corrente de formação profissional. Ao ensino tecnicista e orientado para a prática, somou-se a preocupação com a crítica teórica dessas práticas.

Nesse momento de maior crítica, as Pró-Reitorias de Graduação investem em assessorias e percebem a importância do investimento nos processos pedagógicos. Os Fóruns de Pró-Reitores implementam trocas de experiências e reflexões, havendo um alargamento das discussões e uma troca entre as universidades mais experientes com as mais novas.

Os principais eixos das atividades pedagógicas nesse período direcionavam-se à avaliação institucional e à formação de professores e, em alguns casos, no delineamento do próprio projeto pedagógico da instituição.

A LDBEN 9495/96 (BRASIL, 1996), traz toda a necessidade de adaptação curricular e de carga horária e as universidades se debruçaram sobre esse aspecto.

Percebe-se, de tudo o que se disse, que a Pedagogia Universitária se desenvolve historicamente, sendo condicionada pelas aquisições científicas, especialmente na área da pedagogia, mas também pela ordem jurídica, intimamente ligada às políticas oficiais do Estado. Após esse breve histórico, faz-se

necessário refletirmos sobre toda a complexidade das questões relacionadas ao ensinar e aprender e que exigem um docente mais reflexivo e inteirado das questões do seu tempo.

O dia-a-dia na universidade nos impõe a inovação educacional a partir de uma maior reflexão da relação teoria-prática e uma pedagogia universitária coerente com os desafios atuais, levando ao resgate do prazer e da autoria na Universidade.

Falamos aqui, de uma forma ampla, da Pedagogia Universitária, mas, sem dúvida, cada instituição deve pensá-la de acordo com suas peculiaridades.

Salienta-se também que o reconhecimento da importância do pedagógico em todas as instituições vem se consolidando, para que haja uma maior reflexão e compreensão do ato de ensinar e aprender no mundo complexo em que vivemos hoje.

A formação do professor universitário é um dos aspectos relevantes contemplados pela Pedagogia Universitária, tarefa nem sempre fácil, pois passa pela aceitação de um assessoramento, o que implica em toda uma representação do professor diante da sua profissão. É necessário que o profissional disponha-se a rever alguns mitos em relação a sua profissão, a fim de desmistificar a idéia de que a escola é detentora de todo saber, assim abrindo-se ao perguntar-se, superando o imaginário ultrapassado de que perderá o seu prestígio profissional se não tiver todas as respostas. Com efeito, ninguém as tem. O prazer em buscar, pesquisar, aprender, precisa ser resgatado.

A Pedagogia Universitária precisa ser pensada por toda a instituição e não só pelas licenciaturas. Leite (2003, p.190) diz:

[...] Vejo as didáticas estudando os processos de ensino-aprendizagem no contexto institucional e a pedagogia universitária estudando o conhecimento, em cada profissão, nas suas relações com o ensino, a aprendizagem e a avaliação educativa ou institucional.

A mesma autora (2003, p.196) aponta a Pedagogia Universitária como "o campo interdisciplinar que compreende o estudo do conhecimento social, da inovação pedagógica, da avaliação institucional e da sala universitária, entre outros".

Pedagogia Universitária e formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais

Considerando que um dos aspectos abordados pela pedagogia universitária é a formação docente e esta deve ser coerente com as demandas sociais, faz-se necessário pensar sobre essa formação à luz dos paradigmas da inclusão, como já foi dito anteriormente.

Em 1994, a Declaração de Salamanca, documento elaborado a partir de uma Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha, a partir da discussão sobre a proposta de uma sociedade inclusiva entendida como uma sociedade para todos, já sugeria que a sociedade deveria se adaptar às pessoas, contemplando as suas necessidades.

Escott, Müller e Wolffenbüttel (2003, p.41) colocam que:

Pensar em sociedade inclusiva implica inicialmente, pensar em educação inclusiva, educação que deve ser foco de reflexão desde a formação dos seus profissionais, de forma a constituir a cultura do respeito às diferenças, para que, assim, seja possível também educar de forma diferenciada, de acordo com a necessidade dos educandos.

A Universidade Inclusiva exige um compromisso com a construção do conhecimento de todos os alunos e, para que essa proposta se efetive, é necessário ampliar as discussões, contemplando, além das licenciaturas, os demais cursos das instituições universitárias.

Escott, Cunha e Wolffenbüttel (2004, p.33), ao se referirem aos desafios para as instituições de ensino superior, colocam que de deve "promover a formação pedagógica aos docentes de todas as áreas, levando-os a pensar sobre a construção de conhecimentos em sua área específica, desprendendo-se da mera reprodução de informações".

Trabalhando com profissionais de áreas específicas nas Instituições de Ensino Superior, na maioria dos casos verificamos que não possuem formação docente utilizando-se geralmente de seus conhecimentos com estudantes para organizar o seu trabalho, levando a uma prática descontextualizada e preocupada apenas com a transmissão de informações, pouco refletindo sobre a aprendizagem dos alunos.

A Pedagogia Universitária voltada à formação de professores na temática da inclusão é ainda pouco discutida, reduzindo-se muitas vezes a iniciativas individuais de algumas instituições, que procuram contemplar a questão nos seus projetos pedagógicos ainda de forma tímida e insipiente.

A Pedagogia Universitária propõe-se a pensar sobre a formação do professor universitário, seja ele ligado aos cursos de licenciatura ou a outros cursos da instituição, e é necessário que esse reflita sobre a diversidade e especificidade dos seus alunos para elaborar uma proposta de trabalho que contemple as necessidades de cada um.

Considera-se que esse tema provoca uma inquietação muito grande aos docentes e Instituições de Ensino que atendem aos diferentes níveis de ensino e, sem dúvida, exige ainda um maior aprofundamento, que através da Pedagogia Universitária pode ser contemplado no ensino superior.

Conforme colocada anteriormente a Pedagogia Universitária vem sendo pauta de discussão e preocupação das Instituições de Ensino Superior no decorrer da história. É necessário que seja repensada, de acordo com as necessidades de cada momento histórico e, a educação inclusiva que é discutida tanto no cenário educacional nacional quanto internacional, necessariamente deve fazer parte da formação dos professores proposta nos programas de Pedagogia Universitária.

Referências

BRASIL. CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE. Programa de Pedagogia Universitária. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003.

CUNHA, M. I. da. Pedagogia Universitária no RS: movimentos e energias. In MOROSINI, M. C. (Org.). Enciclopédia de Pedagogia. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

ESCOTT, C. M.; MÜLLER, M. B. C.; WOLFFENBÜTTEL, P. Inclusão na Universidade. In CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE. Programa de Pedagogia Universitária. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003.

ESCOTT, C. M.; CUNHA, R. F.; WOLFFENBÜTTEL, P. Jurispedagogia: a intersecção de dois campos de

conhecimento a formação continuada de docentes universitários. In CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE. Programa de Pedagogia Universitária. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003.

LEITE, D. Pedagogia Universitária no RS: caminhos. In MOROSINI, M. C. (Org.). Enciclopédia de Pedagogia Universitária. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília: 1996.

RODRIGUES, D. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. In UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Revista Educação Especial. UFSM, Santa Maria, n. 23, 2004.

THOMA, A. da S. Sobre a proposta de educação inclusiva: notas para ampliar o debate. In UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Revista Educação Especial. UFSM, Santa Maria, n. 23, 2004

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

Correspondência

Mônica Pagel Eidelwein - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: monicapagel@feevale.br

Recebido em 10 de agosto de 2005

Aprovado em 06 de setembro de 2005

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

[Cadernos](#) :: edição: 2005 - Nº 26 > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**